

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NO ENSINO DE HISTÓRIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA COM ESTUDANTES COM SÍNDROME DE DOWN

INCLUSIVE PEDAGOGICAL PRACTICES IN HISTORY TEACHING: AN EXPERIENCE REPORT WITH STUDENTS WITH DOWN SYNDROME

PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS EN LA ENSEÑANZA DE LA HISTORIA: UN RELATO DE EXPERIENCIA CON ESTUDIANTES CON SÍNDROME DE DOWN

Isabela Pissinatti

Doutoranda no programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado de São Paulo - UNESP.

isabela.pissinatti@unesp.br

Dra. Andréia Osti

Orientadora e professora no Programa de Pós- graduação em Educação da Universidade do Estado de São Paulo -UNESP.

andreia.osti@gmail.com

297

Resumo

A educação inclusiva tem se consolidado como princípio fundamental nas políticas educacionais brasileiras, assegurando o direito de acesso, permanência e aprendizagem de estudantes com deficiência na escola regular. No entanto, sua efetivação no cotidiano escolar ainda apresenta desafios significativos, especialmente no ensino de História, disciplina que demanda habilidades de abstração, temporalidade e interpretação crítica. Este estudo tem como objetivo analisar os desafios e as estratégias pedagógicas desenvolvidas no ensino de História para estudantes com Síndrome de Down nos anos finais do Ensino Fundamental. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, caracterizada como relato de experiência, realizada a partir da prática docente em uma instituição privada do interior do estado de São Paulo. Os dados foram construídos a partir da observação e intervenção pedagógica com dois estudantes com Síndrome de Down. Os resultados evidenciam que a ausência de formação específica e a escassez de materiais didáticos adaptados constituem obstáculos relevantes, corroborando estudos da área. Por outro lado, a adoção de estratégias baseadas na afetividade, no uso de recursos visuais e na adaptação das atividades mostrou-se eficaz na promoção da aprendizagem e da participação dos estudantes. Conclui-se que práticas pedagógicas flexíveis e centradas nas singularidades dos alunos contribuem para uma inclusão escolar mais efetiva no ensino de História.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Ensino de História; Síndrome de Down; Prática docente.

INTRODUÇÃO

A inclusão de estudantes com deficiência no sistema educacional brasileiro tem se consolidado como um dos principais eixos das políticas públicas educacionais nas últimas décadas. Esse movimento está diretamente relacionado à ampliação dos direitos sociais e à construção de uma perspectiva educacional fundamentada nos princípios da equidade, da diversidade e da justiça social. A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que estabelece a educação como direito de todos, e da posterior criação de legislações específicas, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), intensificaram-se as ações voltadas à inserção de estudantes com deficiência nas escolas regulares.

Nesse contexto, a educação inclusiva passa a ser compreendida não apenas como a garantia de acesso à escola, mas como a efetiva participação dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem. Entretanto, apesar dos avanços legais e das transformações no campo das políticas educacionais, a realidade das instituições escolares ainda revela a existência de inúmeros desafios. A presença física do estudante com deficiência na sala de aula não assegura, necessariamente, sua aprendizagem, o que evidencia a necessidade de repensar práticas pedagógicas, currículos e processos formativos docentes.

Dentre os diversos desafios que permeiam a educação inclusiva, destaca-se a necessidade de superação de práticas pedagógicas tradicionais exige uma postura docente reflexiva e aberta à diversidade (MANTOAN, 2003). Tais práticas tendem a desconsiderar as especificidades dos estudantes, dificultando a construção de um ambiente verdadeiramente inclusivo. Nesse sentido, a inclusão demanda uma reorganização das formas de ensinar, aprender e avaliar, exigindo do professor uma postura reflexiva, crítica e aberta à diversidade.

No campo específico do ensino de História, essas questões tornam-se ainda mais complexas. A disciplina possui características próprias que podem representar obstáculos adicionais para estudantes com deficiência intelectual, especialmente no que se refere à compreensão de conceitos abstratos, como temporalidade, causalidade, permanência, mudança e consciência histórica (BITTENCOURT, 2004).

Para estudantes com Síndrome de Down, essas demandas podem se configurar como barreiras significativas à aprendizagem, sobretudo quando o ensino se baseia em metodologias tradicionais, excessivamente expositivas e pouco acessíveis. A Síndrome de Down, caracterizada pela trissomia do cromossomo 21, pode implicar alterações no desenvolvimento cognitivo, afetando aspectos como memória de curto prazo, linguagem oral e capacidade de abstração. No entanto, é fundamental ressaltar que tais características não determinam de forma rígida as possibilidades de aprendizagem, sendo imprescindível considerar a singularidade de cada estudante.

Nesse sentido, a literatura especializada tem destacado a importância de práticas pedagógicas que valorizem diferentes formas de aprendizagem, reconhecendo as potencialidades dos estudantes com deficiência. Estratégias baseadas no uso de recursos visuais, atividades concretas, linguagem acessível e mediação constante têm se mostrado eficazes para favorecer a compreensão dos conteúdos e a participação ativa desses alunos no processo educativo. A aprendizagem, nessa perspectiva, ocorre por meio de processos de mediação social e interação, sendo fundamental o papel do professor na construção de significados (VIGOTSKI, 1998). Além disso, abordagens que consideram a dimensão afetiva da aprendizagem também desempenham papel fundamental, uma vez que a construção de vínculos entre professor e estudante contribui significativamente para o engajamento e o desenvolvimento cognitivo.

Apesar dessas possibilidades, pesquisas recentes evidenciam que a inclusão no ensino de História ainda enfrenta limitações importantes. Entre elas, destacam-se a insuficiência da formação inicial e continuada dos professores, a escassez de materiais didáticos adaptados e a dificuldade de elaboração de estratégias pedagógicas que atendam às necessidades específicas dos estudantes com deficiência. Em muitos casos, os docentes relatam atuar com base em experiências empíricas, recorrendo a tentativas e adaptações realizadas no cotidiano escolar, o que revela a ausência de referenciais teóricos e metodológicos mais consolidados na área.

Além disso, a cultura escolar ainda apresenta traços excludentes, que se manifestam tanto na organização curricular quanto nas práticas avaliativas. A valorização de modelos padronizados de aprendizagem tende a marginalizar aqueles estudantes que não se enquadram nos padrões considerados “normais”, reforçando processos de

exclusão dentro do próprio ambiente escolar. Dessa forma, a efetivação da inclusão exige não apenas mudanças metodológicas, mas também transformações mais amplas na concepção de educação e no papel social da escola.

No que se refere ao ensino de História, torna-se fundamental repensar as formas de abordagem dos conteúdos, buscando estratégias que tornem o conhecimento histórico mais acessível e significativo para todos os estudantes. Isso implica, entre outros aspectos, a utilização de diferentes linguagens, como imagens, narrativas, recursos audiovisuais e atividades lúdicas, bem como a valorização das experiências e vivências dos alunos como ponto de partida para a construção do conhecimento.

Outro aspecto relevante diz respeito à necessidade de compreender o estudante com deficiência como sujeito histórico, inserido em contextos sociais, culturais e familiares específicos. Essa perspectiva amplia as possibilidades de ensino, ao reconhecer que a aprendizagem histórica não se restringe à assimilação de conteúdos, mas envolve também a construção de identidade, pertencimento e consciência crítica.

Diante desse cenário, torna-se evidente a importância de investigações que articulem teoria e prática, buscando compreender como estratégias pedagógicas concretas podem contribuir para a inclusão no ensino de História. Estudos baseados em relatos de experiência docente apresentam-se como importantes instrumentos para a reflexão sobre a prática, permitindo a identificação de desafios, potencialidades e caminhos possíveis para a construção de uma educação mais inclusiva.

Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar os desafios e as estratégias pedagógicas desenvolvidas no ensino de História para estudantes com Síndrome de Down nos anos finais do Ensino Fundamental, a partir de um relato de experiência docente. Ao abordar essa temática, pretende-se contribuir para o avanço das discussões no campo da educação inclusiva, bem como oferecer subsídios para a prática pedagógica de professores que atuam na educação básica.

Espera-se, ainda, que este trabalho possa colaborar para a construção de uma educação que valorize a diversidade, reconheça as singularidades dos estudantes e promova condições efetivas de aprendizagem para todos, reafirmando o papel da escola como espaço de inclusão, formação crítica e transformação social.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO DOCENTE NO ENSINO DE HISTÓRIA

A consolidação da educação inclusiva no Brasil está diretamente relacionada aos avanços legais, políticos e epistemológicos que marcaram as últimas décadas, sobretudo a partir do final do século XX. Esse processo não se limita à criação de leis que garantam o acesso de estudantes com deficiência à escola regular, mas envolve uma transformação mais ampla nas concepções de ensino, aprendizagem e diversidade. A educação inclusiva, nesse sentido, rompe com modelos segregacionistas e propõe a construção de um sistema educacional que reconheça e valorize as diferenças como parte constitutiva do processo educativo. Nessa perspectiva, a educação inclusiva propõe a valorização das diferenças como elemento constitutivo do processo educativo, rompendo com concepções homogeneizadoras de ensino (MANTOAN, 2003).

No entanto, apesar dos avanços normativos, a efetivação da inclusão no cotidiano escolar ainda apresenta inúmeros desafios. Um dos principais diz respeito à garantia de aprendizagem, uma vez que a presença física do estudante na escola não assegura sua participação ativa nem sua apropriação dos conhecimentos escolares. Essa questão torna-se ainda mais complexa quando se considera a diversidade de necessidades presentes em sala de aula, exigindo dos docentes não apenas domínio de conteúdos, mas também competências pedagógicas específicas para lidar com diferentes formas de aprender. Nesse sentido, a inclusão exige mudanças não apenas pedagógicas, mas também estruturais e culturais no ambiente escolar, uma vez que a construção de uma escola inclusiva depende da reorganização das práticas, dos espaços e das relações institucionais (GLAT; BLANCO, 2007).

No campo do ensino de História, tais desafios tornam-se particularmente evidentes. Trata-se de uma disciplina que exige a mobilização de habilidades cognitivas complexas, como a compreensão da temporalidade histórica, a análise de relações de causalidade, a interpretação de fontes e a construção de narrativas. Nesse sentido, o ensino de História demanda do estudante não apenas a memorização de fatos, mas a capacidade de pensar historicamente, o que envolve níveis elevados de abstração.

Ferrari e Luiz (2021) destacam que, mesmo com a ampliação do acesso de estudantes com deficiência à escola regular, ainda persistem lacunas significativas que comprometem o acesso ao conhecimento histórico (FERRARI; LUIZ, 2021). Essas lacunas

estão relacionadas, principalmente, à formação inicial e continuada dos professores, às condições estruturais das escolas e à ausência de políticas públicas que articulem, de forma efetiva, inclusão e qualidade da aprendizagem. Dessa forma, a inclusão não pode ser compreendida apenas como um processo de inserção, mas como a garantia de condições concretas para que todos os estudantes aprendam.

Nesse contexto, a formação docente assume papel central. A esse respeito, Cima, Fronza e Dyniewicz (2013) evidenciam que, diante da ausência de formação específica, muitos professores desenvolvem sua prática com base em tentativas e adaptações construídas no cotidiano escolar, o que revela fragilidades importantes no processo formativo voltado à educação inclusiva (CIMA; FRONZA; DYNIEWICZ, 2013). A literatura aponta que muitos professores se sentem inseguros e despreparados para atuar com estudantes com deficiência, especialmente em disciplinas como a História, que envolvem conteúdos abstratos e exigem estratégias diferenciadas.

Além disso, a formação inicial dos professores, em muitos casos, ainda está pautada em modelos tradicionais de ensino, que pouco dialogam com a diversidade presente nas salas de aula contemporâneas. A ausência de disciplinas específicas sobre educação inclusiva, bem como a falta de articulação entre teoria e prática, contribui para a manutenção de práticas pedagógicas pouco acessíveis. Nesse sentido, a formação continuada torna-se fundamental, possibilitando que os docentes reflitam sobre suas práticas, atualizem seus conhecimentos e desenvolvam novas estratégias de ensino.

Outro aspecto relevante diz respeito à cultura escolar, que muitas vezes reproduz padrões excludentes, mesmo em contextos que se autodenominam inclusivos. A valorização de modelos homogêneos de aprendizagem, aliada à rigidez curricular e à centralidade da avaliação tradicional, pode dificultar a participação de estudantes com deficiência. Assim, a inclusão exige não apenas mudanças na prática docente, mas também uma transformação mais ampla na organização escolar e nas concepções de ensino.

Dessa forma, a construção de uma prática pedagógica inclusiva no ensino de História depende da articulação entre diferentes dimensões: políticas públicas, formação docente, organização curricular e cultura escolar. Trata-se de um processo complexo, que exige compromisso institucional e engajamento dos profissionais da educação na construção de uma escola que reconheça a diversidade como valor fundamental.

ESPECIFICIDADES DA APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES COM SÍNDROME DE DOWN

A compreensão das especificidades da aprendizagem de estudantes com Síndrome de Down constitui elemento fundamental para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas. A Síndrome de Down é uma condição genética caracterizada pela presença de um cromossomo extra no par 21, o que pode implicar alterações no desenvolvimento cognitivo, motor e linguístico. No entanto, é essencial destacar que tais características não definem de forma homogênea o processo de aprendizagem desses indivíduos, sendo necessário reconhecer a diversidade de perfis existentes.

No contexto educacional, estudantes com Síndrome de Down podem apresentar dificuldades relacionadas à linguagem oral, à memória de curto prazo, à organização de informações e à capacidade de abstração. Essas características podem impactar diretamente a aprendizagem de conteúdos históricos, que frequentemente exigem a compreensão de conceitos complexos e relações temporais. No entanto, tais dificuldades não devem ser compreendidas como limitações intransponíveis, mas como aspectos que demandam estratégias pedagógicas diferenciadas.

Diversos estudos apontam que estudantes com Síndrome de Down apresentam potencial significativo de aprendizagem, especialmente quando são utilizados recursos adequados às suas características cognitivas. Entre esses recursos, destacam-se os estímulos visuais, que desempenham papel central no processo de aprendizagem. Fontana (2020) evidencia que o uso de artes visuais no ensino de História contribui para o aumento da atenção, da participação e da retenção de conteúdos, favorecendo a construção de significados históricos.

Além dos recursos visuais, a aprendizagem desses estudantes é favorecida por práticas pedagógicas que valorizam a repetição, a organização de rotinas, a mediação constante e a contextualização dos conteúdos. A construção de significados a partir de experiências concretas permite que o estudante estabeleça relações entre o conhecimento escolar e sua realidade, tornando o processo de aprendizagem mais significativo.

Outro aspecto importante refere-se à dimensão afetiva do processo educativo. A construção de vínculos entre professor e estudante desempenha papel fundamental na

motivação e no engajamento dos alunos com Síndrome de Down. Ambientes acolhedores, que valorizam a participação e respeitam o ritmo de aprendizagem, contribuem para o desenvolvimento cognitivo e social desses estudantes.

Além disso, é fundamental reconhecer o estudante com Síndrome de Down como sujeito histórico, inserido em contextos sociais e culturais específicos. Essa perspectiva amplia as possibilidades de ensino, ao considerar que a aprendizagem histórica envolve não apenas a assimilação de conteúdos, mas também a construção de identidade, pertencimento e consciência social.

Nesse sentido, a superação das dificuldades associadas à aprendizagem não depende exclusivamente das características do estudante, mas das condições oferecidas pelo ambiente educacional. Práticas pedagógicas inclusivas, fundamentadas no respeito às singularidades e na valorização das potencialidades, são essenciais para garantir o direito à aprendizagem.

ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NO ENSINO DE HISTÓRIA

O ensino de História, quando desenvolvido a partir de metodologias tradicionais centradas na exposição verbal, na leitura de textos e na memorização de conteúdos, pode dificultar a participação de estudantes com deficiência. Essas abordagens, muitas vezes, desconsideram a diversidade de formas de aprendizagem, tornando o conhecimento histórico pouco acessível para parte dos alunos. Assim, a diversificação metodológica amplia as possibilidades de aprendizagem, permitindo que os estudantes se apropriem dos conteúdos por diferentes vias (MELO, 2020).

Nesse contexto, a adoção de estratégias pedagógicas inclusivas torna-se fundamental. Tais estratégias devem considerar não apenas as dificuldades dos estudantes, mas também suas potencialidades, buscando promover a aprendizagem de forma significativa e contextualizada. Isso ocorre quando novos conhecimentos se relacionam com estruturas cognitivas prévias do estudante, permitindo a construção de sentidos mais duradouros (AUSUBEL, 2003).

Entre as principais estratégias destacam-se o uso de diferentes linguagens e fontes históricas. Nessa perspectiva, o ensino de História deve considerar múltiplas linguagens,

como imagens, narrativas, recursos audiovisuais e outras formas de representação do conhecimento histórico (BITTENCOURT, 2004). Melo (2020) aponta que a diversificação metodológica é essencial para tornar o ensino mais dinâmico e inclusivo, permitindo que os estudantes se apropriem dos conteúdos por meio de diferentes formas de representação. O uso de imagens, vídeos, relatos orais, músicas, quadrinhos e recursos digitais amplia as possibilidades de compreensão dos conteúdos históricos, tornando-os mais acessíveis.

Além disso, atividades práticas e interativas desempenham papel importante no processo de aprendizagem. Jogos pedagógicos, dramatizações, simulações e atividades colaborativas possibilitam a construção de conceitos históricos de forma mais concreta, favorecendo a participação ativa dos estudantes. Essas estratégias também contribuem para o desenvolvimento de habilidades sociais, fundamentais no contexto da educação inclusiva.

Outro aspecto relevante refere-se à adaptação da linguagem utilizada pelo professor. A simplificação de conceitos, a utilização de exemplos do cotidiano e a mediação constante são estratégias que facilitam a compreensão dos conteúdos. No entanto, é importante ressaltar que adaptar não significa simplificar excessivamente, mas tornar o conhecimento acessível sem comprometer sua complexidade.

A individualização do ensino também se apresenta como elemento central. Considerar o ritmo de aprendizagem de cada estudante, estabelecer objetivos progressivos e oferecer apoio individualizado são práticas que favorecem a inclusão. Nesse sentido, instrumentos como o Plano Educacional Individualizado (PEI) podem contribuir para a organização das ações pedagógicas.

Além disso, o trabalho colaborativo em sala de aula deve ser incentivado, promovendo a interação entre os estudantes e a construção coletiva do conhecimento. A aprendizagem colaborativa favorece não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também a inclusão social, ao fortalecer relações de respeito e cooperação.

Por fim, é importante destacar que a inclusão no ensino de História não se limita à adoção de técnicas ou metodologias específicas, mas envolve uma mudança de postura do professor e da instituição escolar. Trata-se de reconhecer a diversidade como elemento

constitutivo do processo educativo e de construir práticas que garantam o direito à aprendizagem para todos os estudantes.

Assim, o ensino de História na perspectiva inclusiva deve ser compreendido como um processo dinâmico e contínuo, que envolve a articulação entre teoria e prática, reflexão pedagógica e compromisso com a construção de uma educação mais justa e democrática.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo relato de experiência, fundamentada na prática docente no ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental. A escolha por essa abordagem justifica-se pela natureza do objeto investigado, que envolve a compreensão de processos educativos em contexto real, considerando suas múltiplas dimensões — pedagógicas, sociais e afetivas — e a singularidade dos sujeitos envolvidos.

A pesquisa qualitativa permite compreender fenômenos educacionais em sua complexidade, considerando os significados atribuídos pelos sujeitos e o contexto em que estão inseridos (MINAYO, 2001). O relato de experiência, por sua vez, configura-se como um importante instrumento de investigação no campo da educação, pois possibilita a articulação entre teoria e prática, contribuindo para a reflexão crítica sobre a atuação docente e para a produção de conhecimentos situados.

O estudo foi realizado em uma instituição de ensino privada localizada no interior do estado de São Paulo, que atende estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental. O contexto institucional caracteriza-se por uma estrutura que, embora disponha de alguns recursos pedagógicos e apoio educacional, ainda se encontra em processo de consolidação de práticas inclusivas mais sistematizadas. Esse aspecto é relevante, pois permite compreender os desafios e as possibilidades da inclusão em um cenário que não está plenamente estruturado para atender às demandas da Educação Especial.

Participaram da pesquisa dois estudantes com diagnóstico de Síndrome de Down, matriculados no 6º e 7º anos do Ensino Fundamental. Para garantir a preservação da identidade dos participantes, foram utilizados nomes fictícios ao longo do estudo. A

escolha desses sujeitos ocorreu em função de sua inserção nas turmas acompanhadas pela docente-pesquisadora, bem como da necessidade de elaboração de estratégias pedagógicas específicas voltadas à sua inclusão no ensino de História.

A construção dos dados ocorreu por meio da observação sistemática das práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula, realizada ao longo do período letivo. A observação contemplou aspectos como a participação dos estudantes nas atividades, suas interações com colegas e professores, as dificuldades apresentadas na compreensão dos conteúdos e as estratégias utilizadas para favorecer sua aprendizagem. Esse processo permitiu a identificação de padrões de comportamento, necessidades específicas e potencialidades individuais, elementos fundamentais para o planejamento das intervenções pedagógicas.

Além da observação, foram elaboradas e aplicadas atividades pedagógicas adaptadas às necessidades dos estudantes, com base na análise de seus perfis de aprendizagem. Essas atividades foram planejadas de forma intencional, considerando tanto os objetivos curriculares da disciplina de História quanto as especificidades cognitivas e afetivas dos alunos. O planejamento das intervenções pedagógicas envolveu um processo contínuo de avaliação e readequação, no qual as estratégias foram sendo ajustadas conforme as respostas e o desenvolvimento dos estudantes.

As atividades desenvolvidas incluíram o uso de recursos visuais, como imagens, fotografias, vídeos e materiais ilustrativos, com o objetivo de facilitar a compreensão de conceitos abstratos. Também foram utilizados jogos pedagógicos, atividades lúdicas e propostas interativas, que buscavam promover o engajamento dos estudantes e favorecer a aprendizagem de forma significativa. Além disso, foram realizadas entrevistas com familiares, com o intuito de compreender aspectos do contexto social e cultural dos alunos, bem como suas experiências fora do ambiente escolar.

Outro elemento relevante da metodologia foi a adoção de propostas interdisciplinares, desenvolvidas em parceria com outras áreas do conhecimento, como a Geografia. Essa articulação permitiu ampliar as possibilidades de abordagem dos conteúdos e favorecer a construção de relações entre diferentes saberes, contribuindo para uma compreensão mais ampla e contextualizada dos temas trabalhados.

A análise dos dados foi realizada por meio de uma abordagem descritivo-analítica, que buscou interpretar as experiências vivenciadas à luz dos referenciais teóricos da Educação Inclusiva e do ensino de História. Nesse processo, foram consideradas tanto as evidências observadas no contexto da prática quanto as contribuições da literatura especializada, estabelecendo um diálogo entre teoria e prática.

A organização dos dados envolveu a identificação de categorias analíticas relacionadas aos principais eixos do estudo, tais como: desafios da inclusão, estratégias pedagógicas adotadas, participação dos estudantes e processos de aprendizagem. Essas categorias orientaram a análise, permitindo sistematizar as informações e evidenciar os aspectos mais relevantes da experiência investigada.

Por fim, destaca-se que a pesquisa respeitou os princípios éticos relacionados à investigação em educação, garantindo o anonimato dos participantes e o uso responsável das informações coletadas. A produção dos dados esteve pautada no respeito à dignidade dos estudantes e na valorização de suas experiências, contribuindo para uma abordagem ética e comprometida com os princípios da educação inclusiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das práticas pedagógicas desenvolvidas evidencia que o processo de inclusão de estudantes com Síndrome de Down no ensino de História envolve uma complexa articulação entre fatores estruturais, formativos e metodológicos. Ao mesmo tempo em que revela limites ainda presentes no contexto escolar, também evidencia possibilidades concretas de construção de práticas inclusivas significativas, quando fundamentadas em estratégias pedagógicas sensíveis às especificidades dos estudantes.

Inicialmente, destaca-se a insegurança docente diante da ausência de formação específica para atuação na Educação Especial, aspecto recorrente na literatura da área e amplamente identificado no contexto investigado, evidenciando lacunas na formação docente para atuação na educação inclusiva (FERRARI; LUIZ, 2021). A formação inicial, muitas vezes centrada em modelos tradicionais de ensino, não contempla de forma suficiente as demandas da educação inclusiva, o que leva o professor a buscar, de maneira autônoma, alternativas para lidar com a diversidade presente em sala de aula. Esse movimento evidencia não apenas lacunas formativas, mas também o protagonismo

docente na construção de práticas pedagógicas inclusivas, ainda que marcadas por processos de tentativa e erro, o que confirma achados da literatura sobre a prática docente em contextos inclusivos (CIMA; FRONZA; DYNIEWICZ, 2013).

Nesse sentido, a experiência analisada reforça a compreensão de que a inclusão escolar não se realiza exclusivamente por meio de dispositivos legais ou normativos, mas depende, sobretudo, da prática pedagógica concreta e da capacidade do professor de interpretar e responder às necessidades dos estudantes. A atuação docente, portanto, configura-se como elemento central na efetivação da inclusão, sendo responsável por mediar o acesso ao conhecimento e promover condições de aprendizagem significativas.

A convivência com os dois estudantes — aqui denominados Caio (6º ano) e Olívia (7º ano) — permitiu compreender, de forma mais aprofundada, a heterogeneidade dos sujeitos com Síndrome de Down. Embora compartilhem a mesma condição genética, apresentam características cognitivas, comportamentais e afetivas bastante distintas, o que reforça a necessidade de práticas pedagógicas individualizadas. Essa constatação rompe com visões generalizantes e evidencia que a inclusão exige o reconhecimento da singularidade de cada estudante.

CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE TEMPORALIDADE: A EXPERIÊNCIA COM CAIO

No caso de Caio, observou-se dificuldade inicial na compreensão da noção de tempo histórico, conceito estruturante do ensino de História e frequentemente associado a níveis mais elevados de abstração. Essa dificuldade não é incomum entre estudantes com deficiência intelectual, uma vez que a compreensão da temporalidade envolve a capacidade de estabelecer relações entre passado, presente e futuro, bem como de perceber mudanças e permanências ao longo do tempo.

Para enfrentar essa limitação, foi desenvolvida uma atividade baseada na comparação entre passado e presente, por meio da elaboração de um mural com fotografias da infância dos estudantes e imagens atuais. Essa estratégia partiu do princípio de que a aprendizagem torna-se mais significativa quando relacionada à experiência concreta do aluno, possibilitando a construção de conceitos a partir de vivências pessoais.

A proposta permitiu que Caio estabelecesse relações entre diferentes momentos de sua própria trajetória, favorecendo a compreensão da ideia de transformação ao longo

do tempo. Ao reconhecer mudanças em si mesmo e nos colegas, o estudante passou a atribuir significado ao conceito de temporalidade, superando, ainda que parcialmente, as dificuldades iniciais.

Essa experiência dialoga com abordagens teóricas que defendem a aprendizagem significativa como processo de construção de conhecimento a partir da relação entre novos conteúdos e saberes prévios. No contexto da educação inclusiva, essa perspectiva torna-se ainda mais relevante, pois possibilita a adaptação dos conteúdos às experiências dos estudantes, tornando o ensino mais acessível.

Além disso, a utilização de entrevistas com familiares contribuiu para ampliar a compreensão do tempo histórico, ao inserir o estudante em uma dimensão intergeracional. Ao ouvir relatos sobre a infância de seus familiares, Caio teve a oportunidade de perceber diferenças entre diferentes épocas, ampliando sua noção de temporalidade.

Outro elemento relevante foi a mediação pedagógica por meio de recursos lúdicos, como o uso de microfone para o treino das perguntas. Esse recurso, além de despertar o interesse do estudante, favoreceu sua participação ativa na atividade, evidenciando a importância do engajamento emocional no processo de aprendizagem.

Destaca-se, ainda, o uso de jogos da memória com conteúdos históricos, explorando a forte memória visual do estudante. Essa estratégia mostrou-se particularmente eficaz, pois aproveitou uma potencialidade cognitiva específica, transformando-a em recurso pedagógico. Ao associar imagens a conteúdos históricos, o estudante foi capaz de estabelecer relações e reter informações de maneira mais significativa.

LINGUAGEM NARRATIVA E EXPRESSÃO ARTÍSTICA: A EXPERIÊNCIA COM OLÍVIA

A experiência com Olívia apresenta características distintas, evidenciando a necessidade de abordagens pedagógicas diferenciadas. Por se tratar de uma estudante alfabetizada, foi possível desenvolver atividades com maior nível de complexidade, explorando diferentes formas de linguagem e representação.

A adaptação dos conteúdos históricos por meio de narrativas inspiradas em contos e histórias mostrou-se uma estratégia eficaz para favorecer a compreensão de temas

abstratos, como desigualdades sociais e diversidade cultural. Ao aproximar o conteúdo histórico do universo simbólico da estudante, foi possível tornar o conhecimento mais acessível e significativo.

Essa abordagem evidencia a importância da linguagem no processo de ensino-aprendizagem, especialmente no contexto da educação inclusiva. A adaptação da linguagem não implica simplificação do conteúdo, mas sua reorganização de forma a torná-lo compreensível, respeitando as capacidades cognitivas do estudante.

Além disso, o uso de recursos visuais, como desenhos, histórias em quadrinhos e atividades de colorir, contribuiu significativamente para o engajamento de Olívia. Esses recursos, ao mobilizarem diferentes formas de expressão, ampliam as possibilidades de aprendizagem, permitindo que o estudante se aproprie do conteúdo por meio de múltiplas linguagens e corroborando estudos que destacam o papel dos recursos visuais na aprendizagem de estudantes com Síndrome de Down (FONTANA, 2020).

Outro aspecto relevante refere-se ao trabalho colaborativo em sala de aula. A interação com os colegas favoreceu não apenas a aprendizagem, mas também a inclusão social da estudante. A mediação do professor, ao orientar os colegas a respeitarem a autonomia de Olívia, foi fundamental para evitar práticas assistencialistas e promover relações baseadas no respeito e na cooperação.

Essa experiência reforça a importância de compreender a inclusão como um processo coletivo, que envolve não apenas o estudante com deficiência, mas toda a turma. A construção de um ambiente inclusivo depende da participação de todos os sujeitos envolvidos, sendo o professor responsável por mediar essas relações.

INCLUSÃO PARA ALÉM DA SALA DE AULA

A análise também evidencia que a inclusão não se restringe às práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula, mas envolve a construção de uma cultura escolar inclusiva. Nesse sentido, a escola deve ser compreendida como espaço social, no qual se constroem valores, atitudes e formas de convivência.

A realização de atividades que envolvem a participação de pessoas com deficiência constitui estratégia importante para ampliar as perspectivas dos estudantes e promover

a valorização da diversidade. A atividade desenvolvida no Dia Internacional da Mulher, com a participação de uma mulher com Síndrome de Down, exemplifica essa abordagem.

Ao entrar em contato com uma pessoa com deficiência em um contexto de protagonismo, os estudantes tiveram a oportunidade de ressignificar suas concepções sobre deficiência, rompendo com estereótipos e preconceitos. Essa experiência evidencia o potencial da escola como espaço de transformação social, capaz de promover mudanças nas formas de pensar e agir.

Além disso, a inclusão em múltiplos espaços escolares contribui para a construção de uma identidade positiva dos estudantes com deficiência, ao reconhecer suas capacidades e valorizar suas experiências. Nesse sentido, a inclusão deve ser compreendida não apenas como acesso, mas como garantia de aprendizagem efetiva, o que implica mudanças estruturais no sistema educacional (MAZZOTTA, 2005; MANTOAN, 2003).

SÍNTESE DA DISCUSSÃO

A análise das experiências desenvolvidas evidencia elementos centrais para a efetivação da inclusão no ensino de História. Entre eles, destaca-se a formação docente como um dos principais desafios, o que reforça a necessidade de investimentos contínuos tanto na formação inicial quanto na continuada dos professores. Paralelamente, observou-se que estratégias pedagógicas fundamentadas no uso de recursos visuais, na valorização da afetividade e na adaptação das atividades são fundamentais para favorecer a aprendizagem dos estudantes.

Nesse contexto, a individualização do ensino também se mostra indispensável, considerando que cada estudante possui características e necessidades específicas que devem ser respeitadas. Além disso, a inclusão efetiva não se limita ao espaço da sala de aula, exigindo a construção de uma cultura escolar inclusiva e o engajamento de toda a comunidade educativa.

Assim, os resultados indicam que a inclusão no ensino de História é viável, desde que sustentada por práticas pedagógicas reflexivas, flexíveis e comprometidas com a valorização da diversidade.

CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo analisar os desafios e as estratégias pedagógicas no ensino de História para estudantes com Síndrome de Down nos anos finais do Ensino Fundamental, a partir de um relato de experiência docente. Ao longo da investigação, buscou-se compreender de que maneira as práticas pedagógicas desenvolvidas no cotidiano escolar podem contribuir para a efetivação da inclusão, considerando tanto as limitações estruturais quanto as potencialidades dos estudantes.

Os resultados evidenciam que a inclusão escolar, especialmente no ensino de História, ainda enfrenta desafios significativos, relacionados, principalmente, à formação docente, à escassez de materiais didáticos adaptados e às condições institucionais das escolas. Tais fatores, muitas vezes, dificultam a construção de práticas pedagógicas mais acessíveis, evidenciando a necessidade de repensar os modelos tradicionais de ensino e de ampliar as discussões sobre educação inclusiva no campo da formação de professores.

No entanto, o estudo também demonstra que, mesmo diante dessas limitações, é possível desenvolver práticas pedagógicas inclusivas eficazes, desde que o professor adote uma postura reflexiva e esteja disposto a adaptar suas estratégias às necessidades dos estudantes. Nesse sentido, a adoção de práticas baseadas na afetividade, no uso de recursos visuais, na mediação constante e na adaptação das atividades mostrou-se fundamental para promover a aprendizagem e a participação dos alunos.

A experiência analisada evidencia que o ensino de História pode se tornar mais acessível quando os conteúdos são trabalhados de forma contextualizada, relacionando-os às vivências dos estudantes e utilizando diferentes linguagens e recursos pedagógicos. A utilização de imagens, narrativas, atividades lúdicas e estratégias interativas contribui para a construção de significados, permitindo que os estudantes compreendam conceitos que, em abordagens tradicionais, poderiam se apresentar como excessivamente abstratos.

Outro aspecto relevante refere-se à importância de reconhecer as singularidades dos estudantes com Síndrome de Down. Ao longo da pesquisa, foi possível observar que cada aluno apresenta características próprias, que influenciam diretamente seu processo de aprendizagem. Dessa forma, a adoção de práticas pedagógicas padronizadas mostra-

se insuficiente, sendo necessário desenvolver estratégias individualizadas, que considerem as necessidades, interesses e potencialidades de cada sujeito.

Essa constatação reforça a ideia de que a inclusão não deve ser compreendida como um processo homogêneo, mas como uma prática que exige flexibilidade, sensibilidade e constante adaptação por parte do professor. Nesse sentido, a atuação docente assume papel central, sendo responsável por mediar o acesso ao conhecimento e por criar condições que favoreçam a participação de todos os estudantes no processo educativo.

Além disso, o estudo evidencia que a inclusão não depende exclusivamente de recursos materiais ou tecnológicos sofisticados. Embora tais recursos possam contribuir para a aprendizagem, o que se mostrou determinante foi a postura pedagógica do professor, pautada na escuta, na observação e na construção de vínculos com os estudantes. A afetividade, nesse contexto, emerge como elemento fundamental, uma vez que favorece o engajamento, a confiança e a disposição para aprender.

Outro ponto que merece destaque diz respeito à necessidade de compreender a inclusão como um processo que ultrapassa os limites da sala de aula. A construção de uma cultura escolar inclusiva envolve a participação de toda a comunidade educativa, incluindo gestores, professores, estudantes e famílias. Nesse sentido, ações que promovam o contato com a diversidade, o respeito às diferenças e a valorização das potencialidades dos sujeitos são fundamentais para a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva.

No que se refere às implicações do estudo, destaca-se a necessidade de investimentos na formação inicial e continuada de professores, com ênfase na educação inclusiva e no desenvolvimento de estratégias pedagógicas acessíveis. A formação docente deve contemplar não apenas aspectos teóricos, mas também experiências práticas que possibilitem ao professor lidar com a diversidade presente no contexto escolar.

Além disso, torna-se fundamental ampliar a produção científica sobre o ensino de História na perspectiva inclusiva, uma vez que ainda há escassez de estudos que abordem especificamente essa temática. Pesquisas que articulem teoria e prática, como relatos de

experiência, contribuem para a construção de conhecimentos aplicáveis ao cotidiano escolar, auxiliando outros docentes na elaboração de estratégias pedagógicas.

Como limitação deste estudo, destaca-se o fato de se tratar de um relato de experiência desenvolvido em um contexto específico, o que não permite generalizações. No entanto, os resultados apresentados oferecem subsídios importantes para a reflexão sobre a prática docente e para o desenvolvimento de novas pesquisas na área.

Por fim, espera-se que este trabalho contribua para o avanço das discussões sobre educação inclusiva no ensino de História, incentivando a adoção de práticas pedagógicas mais sensíveis à diversidade e comprometidas com a aprendizagem de todos os estudantes. A construção de uma educação inclusiva não se dá de forma imediata, mas por meio de processos contínuos de reflexão, formação e transformação das práticas educativas. Nesse percurso, o professor assume papel fundamental como agente de mudança, sendo responsável por promover uma educação que não apenas inclua, mas que valorize e potencialize as diferenças como parte essencial do processo de ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS

AUSUBEL, David Paul. *Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva*. Lisboa: Plátano, 2003.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

BISSOTO, Maria Luiza. Desenvolvimento cognitivo e aprendizagem. *Ciência & Cognição*, Rio de Janeiro, v. 4, p. 12-21, 2005.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC, 2008.

CIMA, Érica Margas; FRONZA, Vanessa; DYNIEWICZ, Ana Maria. *Inclusão e ensino de História: desafios e possibilidades da prática docente*. 2013.

FERRARI, Douglas; LUIZ, Miriã. O ensino de História e a educação especial: desafios da inclusão. *Revista Educação*, 2021.

FONTANA, Wiviany Teixeira Borges. *Ensino de História e Síndrome de Down: o uso de artes visuais como estratégia pedagógica*. 2020.

GLAT, Rosana; BLANCO, Leila de Macedo Varela. Educação especial no contexto de uma educação inclusiva. In: GLAT, Rosana (org.). *Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2005.

MELO, Jennifer Silva. *Ensino de História na perspectiva inclusiva: práticas pedagógicas e desafios*. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001.

VIGOTSKI, Lev Semyonovich. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.